

Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões

v. 12 n. 67

julho/agosto 2025

Classificação Qualis/Capes: A4

Editor

Fábio Paixão

Coordenadores

Flávio Tartuce
Mário Luiz Delgado

Conselho Científico

Fernanda Tartuce
Giselda Novaes Hironaka
Pablo Stolze Gagliano
Rodolfo Pamplona Filho

Conselho Editorial

Álvaro Villaça Azevedo – Águida Arruda Barbosa – André Luiz Arnt Ramos
Carlos Eduardo Elias de Oliveira – Cláudia Mara Viegas – Débora Vanessa Caús Brandão
Jones Figueirêdo Alves – José Fernando Simão – Luciana Faísca – Luciana Pedroso Xavier
Luis Felipe Salomão – Maria Helena Braceiro Daneluzzi – Maria Helena Diniz
Marília Pedroso Xavier – Maurício Bunazar – Pablo Malheiros da Cunha Frota
Ricardo Calderón – Rodrigo Mazzei – Rodrigo Toscano de Brito
Rosa Maria de Andrade Nery – Rui Portanova – Silvio de Salvo Venosa

Colaboradores deste Volume

Adriana Martins Silva – Ana Raquel Fortunato dos Reis Strake
Daniela Braga Paiano – Elsa de Mattos – Felipe Ventin
Guilherme Augusto Giroto – Marília Pedroso Xavier – Mônica Silveira Vieira
Rodolfo Pamplona Filho – Taís Schilling Ferraz
Valerio de Oliveira Mazzuoli – William Soares Pugliese

© Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões

Publicação bimestral da Editora Magister à qual se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

A responsabilidade quanto aos conceitos emitidos nos artigos publicados é de seus autores.

Artigos podem ser encaminhados para o e-mail: editorial@editoramagister.com. Não devolvemos os originais recebidos, publicados ou não.

As íntegras dos acórdãos aqui publicadas correspondem aos seus originais, obtidos junto ao órgão competente do respectivo Tribunal.

Esta publicação conta com distribuição em todo o território nacional.

Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões

n. 1 (jul./ago. 2014)-.- Porto Alegre: Magister, 2014-
Bimestral. Coordenação: Flávio Tartuce e Mário Luiz Delgado.

n. 67 (jul./ago. 2025)
ISSN 2358-3223

1. Direito de Família – Periódico. 2. Direito de Sucessão – Periódico.

CDU 347.6(05)

CDU 347.65(05)

Ficha catalográfica: Leandro Lima – CRB 10/1273

Capa: Fernanda Napolitano

EDITORA MAGISTER

Diretor: Fábio Paixão

Editora Magister

Alameda Coelho Neto, 20
Boa Vista – Porto Alegre – RS
91340-340

Apresentação

É com grata satisfação que temos a honra de comunicar a nova composição de nossa *Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões*, com a coordenação geral dos Professores Mário Luiz Delgado e Flávio Tartuce. No Conselho Consultivo passam a fazer parte Fernanda Tartuce, Giselda Novaes Hironaka, Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho. O Conselho Editorial também foi renovado, contando com a participação de professores e autores de todo o País.

São juristas consagrados que agregam à Coordenação, Conselhos Científico e Editorial com sua presença e elevado conhecimento científico ao cenário nacional e internacional a partir da presente edição.

Iniciamos o volume com artigo doutrinário do notável Conselheiro Científico Rodolfo Pamplona Filho e de Felipe Valentim sobre *Contratualização do Direito de Família e Sucessões: Cláusulas Patrimoniais Possíveis aos Pactos Conjugais e Convivenciais Previstos no Projeto de Atualização do Código Civil (PL 4/2025)*. Abordam de forma singular e precisa o direito de família e dos contratos, pacto antenupcial, o projeto de atualização do Código Civil e os pactos conjugais e convivenciais, regime de bens e modificação temporal, doações entre os cônjuges, pactos sucessórios e direito temporal de habitação.

Seguimos com a doutrina *Divórcio Liminar no Entendimento do Superior Tribunal de Justiça*, de Marília Pedroso Xavier e William Soares Pugliese. O artigo examina o debate sobre divórcio liminar no Brasil, apresentando divergências jurisprudenciais e destacando julgamento unânime da Terceira Turma do STJ, que deve pautar, dessa forma, a uniformização de entendimento sobre o tema.

Valério de Oliveira Mazzuoli e Elza de Mattos participam com o texto intitulado *Subtração Internacional de Crianças e Não Devolução Fundada em Violência Doméstica Cometida no País de Residência*. Os autores analisam a subtração internacional de crianças à luz dos casos de violência doméstica perpetrados no país de residência habitual, com destaque para o papel da perícia psicológica como garantia do melhor interesse da criança. Buscam concluir que a aplicação tradicional da Convenção da Haia sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional nem sempre é benéfica para as crianças subtraídas em casos envolvendo violência doméstica ou familiar.

A revista continua com o estudo de Adriana Martins Silva sobre *A Repersonalização Familiar: os Impactos no Planejamento Patrimonial e Sucessório na Perspectiva da Dignidade Humana e da Liberdade*, propondo o planejamento

sucessório e patrimonial como ferramenta para promover a autonomia sucessória diante dos obstáculos legais nas relações de conjugalidade/parentalidade e os reflexos na concorrência sucessória, numa problematização quanto à (i) legalidade das obrigações geradas pelas cláusulas restritivas e seus impactos sobre o direito de eleger o regime de bens e de testar perante a perpetuidade da empresa familiar.

Daniela Braga Paiano e Guilherme Augusto Giroto trazem um viés doutrinário e jurisprudencial para uma excelente reflexão de um novo olhar à questão dos alimentos aos filhos que são, na realidade, suportados pela mulher no artigo intitulado *Dos Alimentos Devidos aos Filhos sob uma Análise da Sobrecarga da Mulher Mãe*.

Dando continuidade à Doutrina, o texto de Mônica Silveira Vieira e Taís Schilling Ferraz *Assédio Processual e Direito de Família: uma Manifestação de Litigância Abusiva a Desvendar* explora as características do assédio processual, uma das modalidades de litigância abusiva, em demandas que envolvem relações familiares e propõe algumas estratégias de tratamento, de modo a se evitar a intensificação de suas consequências e se buscar efeitos preventivos. O trabalho foi desenvolvido no âmbito de pesquisas do mestrado da ENFAM (Escola Nacional de Formação de Magistrados).

Encerrando a edição, apresentamos o excelente artigo *Reforma do Código Civil, Família, Sucessões e Conjugalidade*, de Ana Raquel Fortunato dos Reis Strake. O estudo destaca haver total sustentabilidade, necessidade e urgência da normatização do microsistema trazido pelo Projeto de Lei 04/2025.

Por fim, ressaltamos nossos agradecimentos aos eminentes Coordenadores Flávio Tartuce e Mário Luiz Delgado por mais essa virtuosa parceria e aos demais membros da nossa renovada revista.

Uma ótima leitura a todos!

Fábio Paixão
Editor da Revista

Sumário

Doutrina

1. Contratualização do Direito de Família e Sucessões: Cláusulas Patrimoniais Possíveis aos Pactos Conjugais e Convencionais Previstos no Projeto de Atualização do Código Civil (PL 4/2025)
Rodolfo Pamplona Filho e Felipe Vêntin..... 7
2. Divórcio Liminar no Entendimento do Superior Tribunal de Justiça
Marília Pedrosa Xavier e William Soares Pugliese 38
3. Subtração Internacional de Crianças e Não Devolução Fundada em Violência Doméstica Cometida no País de Residência
Válerio de Oliveira Mazzuoli e Elsa de Mattos..... 50
4. A Repersonalização Familiar: Os Impactos no Planejamento Patrimonial e Sucessório na Perspectiva da Dignidade Humana e da Liberdade
Adriana Martins Silva..... 76
5. Dos Alimentos Devidos aos Filhos sob uma Análise da Sobrecarga da Mulher Mãe
Daniela Braga Paiano e Guilherme Augusto Giroto 101
6. Assédio Processual e Direito de Família: uma Manifestação de Litigância Abusiva a Desvendar
Mônica Silveira Vieira e Táís Schilling Ferraz 124
7. Reforma do Código Civil, Família, Sucessões e Conjugalidade – Sustentabilidade Através do Sistema de Freios e Contrapesos de Montesquieu
Ana Raquel Fortunato dos Reis Strake 145

Jurisprudência

1. Superior Tribunal de Justiça – Ação de Divórcio Litigioso. Negativa de Prestação Jurisdicional. Ausência. Partilha de Bens. Universalidade do Patrimônio Comum. Pedido Genérico. Art. 324, § 1º, I, CPC. Possibilidade de Inclusão de Documento Relativo a Fato Superveniente. Art. 435, *Caput*, CPC. Crédito Previdenciário Recebido por Ex-Cônjuge. Ação Ajuizada Durante o Matrimônio, mas que Teve seu Trânsito em Julgado no Curso do Processo de Divórcio. Alimentos entre Ex-Cônjuges. Possibilidade
Relª Minª Nancy Andrighi 174

Diretrizes para Submissão de Artigos Doutrinários 189